

Contribuinte pode ver destino do dinheiro

Ao divulgar, ontem, o demonstrativo de receitas e despesas do Governo Federal no mês de março, com um déficit global de Cr\$ 2,25 trilhões de cruzeiros, o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, disse que a população tem o direito de saber como e onde o governo gasta os recursos pagos pelos contribuintes. O ministro garantiu que nunca foi contrário a destinação de mais recursos para programas sociais, anunciando que até o dia 15 de maio o Ministério da Fazenda terá concluído o seu estudo de levantamento sobre remanejamento de aplicação de recursos públicos, o que permitirá à Fazenda e à Seplan apresentar ao presidente da República, um quadro definitivo sobre as disponibilidades do Tesouro Nacional.

Em sua primeira entrevista coletiva desde que assumiu o Ministério da Fazenda em 15 de março, o ministro Dornelles fez uma explanação sobre os trabalhos do governo nos últimos 30 dias, salientando que na reunião ministerial do dia 17, o presidente José Sarney determinou um levantamento das finanças de cada ministério, empresas públicas e das contas externas. "Nos primeiros dias de governo — acrescentou o ministro — havia ocorrência de explosão da base monetária e isto poderia criar uma hiperinflação. Existia, também, incertezas sobre o desempenho do setor externo, bem como havia uma inadequação de aplicação de créditos pelos bancos oficiais".

"Havia, também — continuou Dornelles — expectativas de preços com expressivas altas da inflação. Frente a este quadro de dificuldades, o governo foi obrigado a tomar medidas corretivas, redirecionando os créditos das entidades oficiais, estabelecendo controle do setor público e instituiu o controle de preços".

Segundo o ministro, "em decorrência disto, foi possível evitar a expansão da base monetária — que estava entre 20 a 25 por cento — enquanto o reescalonamento do crédito permitiu a obtenção de recursos para as exportações e para a agricultura, enquanto em abril devemos conseguir levar o superávit da balança comercial para US\$ 1 bilhão, enquanto as reservas internacionais ficarão em torno de US\$ 8,2 bilhões".

"Com as medidas adotadas — disse Dornelles — de cortes no setor público, acertos na política fiscal e monetária, juntamente com o controle de preços, já irão produzir os seus efeitos em abril, com a inflação podendo ficar abaixo dos 8 por cento".

Prosseguindo, o ministro acentuou que "ao mesmo tempo em que se tomava essas medidas de curto prazo, quando assumimos o governo dentro de um quadro de incertezas, o Ministério da Fazenda e a Seplan fizeram um levantamento do setor público, cujos resultados indicaram um déficit de caixa para 1985 da ordem de Cr\$ 50 trilhões de cruzeiros. Contudo, de acordo com o prazo de 90 dias dado pelo presidente José Sarney no dia 17 de março, ainda se está examinando alternativas para a solução deste déficit e no redirecionamento dos investimentos para setores como a agricultura, exportação e campo social".

"Sob este aspecto — ressaltou Dornelles — o Ministério da Fazenda não é o Ministério que estabelece as prioridades de aplicação de recursos, sendo de sua responsabilidade mais a obtenção de recursos e sua fiscalização. Não tem fundamento de que eu sou contra aplicação em programas sociais do Governo. Tenho dito, às vezes, que minha posição é, ao contrário, de que o Estado deve voltar a ser Estado, passando a atuar nas atividades inerentes ao Estado, que são saúde, educação, etc., buscando acabar com o Estado empresário, onde os recursos dos contribuintes ao invés de destinarem-se ao campo social, é aplicado em empresas, quando se sabe que o setor privado sempre é mais eficiente no setor empresarial".

Orçamento

Já em relação ao demonstrativo de receitas e despesas do Governo Federal de março deste ano, o ministro Francisco Dornelles, disse que com a sua divulgação, toda a sociedade pode debater abertamente se o governo deve ou não dar subsídio à importação do trigo, entre vários outros itens, salientando que esta discussão é sadia, porque quem paga tributo deve ter o direito de optar pela sua aplicação.

Quanto ao déficit do Governo Federal estimado em Cr\$ 53 trilhões este ano, o ministro da Fazenda disse que "não acho que possamos continuar a expandir a dívida pública para financiar este déficit. Acho que a política fiscal pode cobrir este déficit, mas, numa primeira etapa, prefiro confiar, que, dentro de determinação do presidente da República, que é proibido gastar, possamos no primeiro semestre reduzir o déficit com o esforço de economia. No entanto, vamos discutir este assunto dentro dos 90 dias de prazo dados a partir de 17 de março".

Os números da Nova República

MARÇO DE 1985	
A. Orçamento Fiscal (Tesouro)	Fluxos, em Cr\$ bilhões
A.1. Receita(1)	5.591
A.2. Despesa	6.389
A.2.1. Pessoal (salários e encargos)	2.373
A.2.2 Outros (custeios e dívida)	2.246
A.2.3 Transferências a Estados e Municípios	1.770
A.3. Déficit do Orçamento Fiscal (Tesouro) (2)	798
B. Orçamento Monetário (Banco Central e Banco do Brasil)	
B.1. Despesas do Tesouro cobertas pelos Banco Central e Banco do Brasil	1.218
B.1.1. Conta Trigo (3)	176
B.1.2. Conta açúcar e álcool (4)	95
B.1.3. Compra de produtos agrícolas para sustentação dos preços mínimos (5)	947
B.2. Déficit do Sistema Previdenciário Coberto pelo Banco do Brasil	249
B.3. Encargos da Dívida Externa das empresas estatais cobertas pelo Banco do Brasil. (6) (7)	1.484
B.4. Empréstimos do Banco do Brasil (basicamente agricultura e exportação)	319
B.5. Operações com o setor externo (8)	1.483
B.6. Outras contas (líquido) (9)	-335
B.7. Déficit do Orçamento Monetário	1.452
C. Déficit Consolidado (A.3 + B.7)	2.250
D. Financiamento do Déficit	2.250
D.1. Dívida pública (10)	2.559
D.2. Emissão de moeda (11)	-309

NOTAS:

1. **Receita do Tesouro.** Em março, deixaram de ser recolhidos Cr\$ 713 bilhões de recursos do PIN/PROTERRA, que estavam depositados, por 60 dias, no Banco da Amazônia (Cr\$ 120 bilhões) e no Banco do Nordeste (Cr\$ 593 bilhões).

2. Trata-se de déficit do Tesouro causado, em grande parte, pela insuficiência dos recolhimentos mencionados acima.

3. **Conta trigo:** A origem desse subsídio está na defasagem do preço de venda ao consumidor em relação ao preço pago aos produtores. O preço de venda cobre pouco mais de 40% do custo de aquisição do trigo pelo governo.

4. **Conta açúcar/álcool:** São três as causas dos gastos nessa conta:

— subsídios às usinas no Norte/Nordeste para cobertura de custos mais elevados em relação ao Centro-Sul;

— compra pelo Instituto do Açúcar e do Álcool de estoques para exportação; e

— saneamento financeiro das usinas.

5. **Compra de produtos agrícolas:** Trata-se das chamadas operações «AGF» (Aquisições do Governo Federal), em que o governo é obrigado a comprar a produção que lhe é oferecida pelo produtor agrícola, para sustentação dos preços mínimos fixados.

6. **GB-588:** Cobertura pelo Banco do Brasil, do principal e en-

cargos financeiros, de dívida externa com aval da União.

7. **Avisos MF-30 e MF-09:** «Operações-ponte» do Banco do Brasil em adiantamento de recursos externos a serem repassados às empresas e demais órgãos da administração indireta, Estados e Municípios. Com esses adiantamentos o Banco do Brasil, na verdade, cobre o serviço da dívida externa que deixou de ser pago por essas entidades.

8. Inclui os seguintes itens: — Contas cambiais (compra de moeda estrangeira) Cr\$ 217 bilhões; — Depósitos em moeda estrangeira no Banco Central — Cr\$ 3.085 bilhões; — Juros sobre os depósitos em moeda estrangeira — Cr\$ 415 bilhões; — Encargos de projetos (depósitos dos bancos estrangeiros, credores do Brasil, no Banco Central) Cr\$ 786 bilhões; — Obrigações diversas em moeda estrangeira Cr\$ 184 bilhões. Total — Cr\$ 1.483 bilhões.

9. Inclui operações diversas do Banco do Brasil, inclusive e notadamente a captação de recursos através de RDB's e CDBB's.

10. Colocação líquida de títulos da dívida pública:

— no mercado financeiro: Cr\$ 1.776 bilhões

— no «extra-mercado»: Cr\$ 783 bilhões.

11. Sinal negativo: redução da emissão através do recolhimento líquido de papel-moeda pelas autoridades monetárias.